



CONGRESSO NACIONAL

Consultoria de Orçamento e Fiscalização Financeira da Câmara dos Deputados
Consultoria de Orçamento, Fiscalização e Controle do Senado Federal

Informativo Conjunto n.º 1/2009

***Principais aspectos, parâmetros fiscais e econômicos e
resumo das despesas do Projeto de Lei Orçamentária para 2010
PL nº 46/2009 – Mensagem nº 113/2009-CN (686/2009, na origem)***

Setembro/2009

Endereços na Internet: <http://www.camara.gov.br/internet/orcament/principal/> e <http://www.senado.gov.br/sf/orcamento/>
e-mail: conof@camara.gov.br



CONGRESSO NACIONAL

Consultoria de Orçamentos, Fiscalização e Controle – CONORF/SF
Consultoria de Orçamento e Fiscalização Financeira – COFF/CD

PROPOSTA ORÇAMENTÁRIA PARA 2010 INFORMATIVO CONJUNTO¹

Principais aspectos, parâmetros fiscais e econômicos e resumo das despesas do Projeto de Lei Orçamentária para 2010 – PL nº 46/2009 – Mensagem nº 113/2009-CN (686/2009, na origem).

1 – COMPOSIÇÃO BÁSICA DO ORÇAMENTO DA UNIÃO – GRANDES NÚMEROS	1
2 - PARÂMETROS ECONÔMICOS	2
3 - RESULTADO FISCAL E DÍVIDA PÚBLICA	3
4 - DEMAIS DESPESAS RELEVANTES NA PROPOSTA	5
5- QUADRO DAS DESPESAS POR GND E POR ÓRGÃO	6
6 – ANEXOS (DESPESAS POR GND E POR ÓRGÃO)	7

1 – COMPOSIÇÃO BÁSICA DO ORÇAMENTO DA UNIÃO – GRANDES NÚMEROS

O valor total da proposta orçamentária para 2010 é de R\$ 1.832,8 bilhões, dos quais R\$ 588,9 bilhões referem-se ao refinanciamento (rolagem²) da dívida pública, de cunho meramente contábil. Desconsiderando-se este valor, o Orçamento da União - Orçamento Fiscal e da Seguridade Social e Orçamento de Investimento das Estatais - atinge a R\$ 1.243,8 bilhões. Deste valor, R\$ 94,4 bilhões corresponde ao Orçamento de Investimento das Empresas Estatais federais e R\$ 1.149,5 bilhões aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social.

O valor total da proposta e a composição básica do orçamento da União para 2010, comparado com 2009, são apresentados na tabela a seguir:

Descrição	2009		2010	
	Receitas	Despesas	Receitas	Despesas
1. Orçamento da União	1.664,7	1.664,7	1.832,8	1.832,8
2. Refinanciamento da Dívida Pública	525,5	525,5	588,9	588,9
3. Orçamento da União Efetivo (1 - 2) (*)	1.139,2	1.139,2	1.243,9	1.243,9
3.1 Orçamento de Invest. das Estatais	79,7	79,7	94,4	94,4
3.2 Orçamentos Fiscal e Seg. Social	1.059,5	1.059,5	1.149,5	1.149,5
3.2.1 Orçamento Fiscal	671,8	633,8	728,9	692,8
3.2.2 Orçamento da Seguridade Social (**)	387,7	425,7	420,6	456,7

Fontes: PLOA 2009/2010

(*) Corresponde aos valores efetivamente disponíveis pelo Governo para execução do programa de trabalho (não inclui refinanciamento)

(**) Despesas com saúde, previdência e assistência. Das despesas do Orçamento da Seguridade Social R\$ 36,1 bilhões são financiadas por transferências do Orçamento Fiscal. Para 2009 esse valor era de R\$ 38,0 bilhões.

¹ As Consultorias divulgarão Nota Técnica Conjunta contendo a análise detalhada do PLOA 2010, após o envio pelo Poder Executivo das Informações Complementares.

² O refinanciamento é necessário para a renovação de títulos públicos e depende do prazo médio de vencimento da dívida, tendo caráter meramente contábil, razão pelo qual é tratada separadamente. Assim, por exemplo, o refinanciamento de cada R\$ 1.000,00 de títulos da dívida pública mobiliária federal que vençam a cada seis meses (duas vezes ao ano), exigirá uma dotação na lei orçamentária no valor de R\$ 2.000,00.



CONGRESSO NACIONAL

Consultoria de Orçamentos, Fiscalização e Controle – CONORF/SF
Consultoria de Orçamento e Fiscalização Financeira – COFF/CD

Em relação à proposta de 2009 há um aumento de 8,4 % nas dotações dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social efetivos e de 15,6 % no Orçamento de Investimento das Empresas Estatais.

2 - PARÂMETROS ECONÔMICOS

Os principais parâmetros econômicos empregados nas estimativas de receitas e despesas orçamentárias para 2010 constam da tabela seguinte:

PROPOSTA ORÇAMENTÁRIA PARA 2010 - PRINCIPAIS PARÂMETROS			
Parâmetros	Reprog 2009 (a)	PLOA 2010 (b)	Diferença (c = b - a)
PIB - R\$ bilhões	3.047,20	3.326,50	279,3
PIB real (%)	1,00	4,50	3,50
IPCA Acum (%)	4,42	4,33	-0,09
IGP-DI Acum (%)	1,35	4,50	3,15
Taxa de Juros - SELIC % a. a. dez	8,75	8,75	0,00
Taxa de Câmbio Média (R\$)	2,08	2,01	-0,07
Massa Salarial (%)	8,82	10,49	1,67
Salário Mínimo (R\$)	465,00	505,90	40,90

Fonte: PLOA 2010

Crescimento econômico - o Projeto embute um crescimento real do PIB para 2009 de 1% e de 4,5% para 2010. O valor nominal esperado para o PIB de 2010 é estimado em cerca de R\$ 3,326 trilhões.

O Governo tem como pressuposto a continuidade da recuperação da economia no 2º semestre de 2009, viabilizada pela redução da taxa básica de juros e pela redução da meta de resultado primário fiscal, bem como pelas medidas de incentivo setorial - desoneração tributária e oferta de crédito – e ampliação dos programas de investimento e redistribuição de renda. O Boletim Focus/Bacen, de 28/08/2009, entretanto, projeta queda de 0,3% do PIB para 2009 e aumento de 4% para 2010.

Inflação - a Mensagem considera que a taxa de inflação (IPCA), mantidas as políticas cambial e monetária, deverá permanecer sob controle e próxima ao centro da meta fixada pelo Conselho Monetário Nacional. A meta para a inflação no período de 2009, 2010 e 2011 foi fixada em 4,5% a.a., com intervalo de tolerância de 2 p.p., acima ou abaixo. O projeto considera para 2010 uma variação percentual acumulada do IPCA igual a 4,33%. O mercado estima, no presente, um IPCA de 4,3% para 2009 e o mesmo percentual para 2010. O IGP-DI acumulado previsto no projeto é de 4,5% para 2010, sendo que o mercado tem a mesma expectativa (Boletim Focus/ Bacen, de 28/08/2009).

Tanto a inflação como o crescimento econômico influenciam diretamente o comportamento das receitas tributárias e de contribuições, bem como algumas despesas, a exemplo dos gastos indexados ao aumento do salário-mínimo.

Taxa de Juros - o Governo espera que a taxa Selic atinja média anual de 9,98% para 2009 e de 8,71 % para 2010. O mercado projeta taxas de juros médias de 9,81% para 2009 e de 8,9% para 2010.

Segundo a Mensagem Presidencial, a redução da taxa de juros é ancorada na trajetória declinante da inflação e de suas expectativas. Entre janeiro e julho de 2009, a taxa básica da economia – Selic - foi reduzida em 5,0 pontos percentuais, atingindo o patamar de um dígito - 8,75% a.a.. Espera-se, em função da queda da taxa, a redução das despesas com juros nominais, passando de 4,64% em 2009 para 3,63% do PIB em 2010, reduzindo o déficit nominal estimado de 2,14% do PIB, em 2009, para 0,13% do PIB, em 2010, o menor nível já observado, aproximando-se do déficit nominal zero.



CONGRESSO NACIONAL

Consultoria de Orçamentos, Fiscalização e Controle – CONORF/SF
Consultoria de Orçamento e Fiscalização Financeira – COFF/CD

Taxa de câmbio - a taxa de câmbio média para 2009 e 2010 é de R\$ 2,08 e R\$ 2,01 respectivamente. O mercado espera uma taxa média de R\$1,85 para 2010 (Boletim Focus/Bacen de 28/08/2009).

Massa salarial - a massa salarial é o principal índice de projeção da arrecadação da previdência do regime geral. Espera-se, com a superação da crise e a retomada do crescimento econômico, um aumento na massa salarial de 8,82%, em 2009, e de 10,49%, em 2010.

Salário-mínimo - o projeto eleva o salário-mínimo para R\$ 505,90, um aumento de R\$ 40,90 em relação ao valor atual de R\$ 465,00. Este valor considera um reajuste de 8,80% a partir do mês de janeiro de 2010, sendo resultado do percentual de 3,54% correspondente ao INPC mais 5,08% de aumento real, equivalente ao crescimento real do PIB em 2008, critério fixado na LDO/2010³.

O aumento proposto impactará despesas com benefícios previdenciários de piso básico, com benefícios de prestação continuada, com seguro desemprego e com abono salarial. Para cada R\$ 1,00 de aumento no salário-mínimo, as despesas da seguridade social se elevam em R\$ 196 milhões.

3 - RESULTADO FISCAL E DÍVIDA PÚBLICA

A política fiscal é baseada na geração de superávits primários nas contas públicas para custear parcela dos juros e encargos da dívida e contribuir para a redução da relação dívida/PIB ao longo do tempo.

Dívida Pública – de acordo com Mensagem, em função da crise, a dívida líquida do setor público aumentou 4,3 pontos percentuais em relação ao PIB no período de dezembro de 2008 a junho de 2009. O Poder Executivo argumenta que isso decorreu da valorização do Real frente ao Dólar e da adoção de políticas anticíclicas, que inclui a redução da meta de resultado primário e a desoneração fiscal. A expectativa é que, após atingir o pico de 43,1% do PIB, em junho de 2009, a DLSP/PIB atingirá 41,4%, em dezembro de 2009, o que representa um crescimento da relação dívida/PIB em 2,6 p.p em comparação a dezembro de 2008.

Em 2010 a relação dívida líquida/PIB deverá retomar a tendência de queda, projetando-se um percentual de 38,1%, em dezembro.

Superávit Primário - em 2009, devido à crise, a meta de superávit primário para o setor público foi reduzida de 3,8% para 2,5% do PIB. Para 2010, com a retomada do crescimento econômico, o superávit primário voltará ao patamar de 3,3% do PIB, sendo 2,15% do PIB para o Governo Central, 0,20% para as estatais⁴ e 0,95% do PIB para estados e municípios, como determina a LDO/2010.

A tabela seguinte demonstra a composição dos resultados primário e nominal do Governo Central, incluindo os itens de receita e despesa mais representativos do orçamento da União.

³ Art. 51 O Projeto e a Lei Orçamentária de 2010 incluirão os recursos necessários ao atendimento: I – do reajuste dos benefícios da seguridade social de forma a possibilitar o atendimento do disposto no art. 7º, inciso IV, da Constituição, garantindo-se aumento real do salário mínimo equivalente à taxa de variação real do PIB de 2008 ou segundo outra sistemática que venha a ser estabelecida em legislação superveniente; (...)

⁴ Exclusive Petrobrás, que desde 2009 deixou de constar dos cálculos de resultado fiscal.

**CONGRESSO NACIONAL**Consultoria de Orçamentos, Fiscalização e Controle – CONORF/SF
Consultoria de Orçamento e Fiscalização Financeira – COFF/CD**DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRIMÁRIO E NOMINAL DO GOVERNO CENTRAL (LDO - 2010, Anexo II, inciso XI)**

DISCRIMINAÇÃO	Realizado 2008		Reprogramado 2009		PLOA 2010	
	Valor	% PIB	Valor	% PIB	Valor	% PIB
I. RECEITA PRIMÁRIA TOTAL	717.442,2	24,83	743.297,9	24,39	853.606,1	25,66
I.1.Receita Administrada - SRFB, exceto RGPS	466.336,0	16,14	465.699,0	15,28	544.964,3	16,38
I.2.Arrecadação Líquida Previdência Social - RGPS	163.355,3	5,65	182.285,8	5,98	204.338,5	6,14
I.3.Receita não administrada pela SRFB	87.750,9	3,04	95.313,2	3,13	104.303,3	3,14
II. TRANSFERÊNCIAS A ESTADOS E MUNICÍPIOS	128.507,2	4,45	120.948,6	3,97	141.684,8	4,26
III. RECEITA LÍQUIDA DE TRANSFERÊNCIA (I - II)	588.935,0	20,38	622.349,30	20,42	711.921,3	21,40
IV. DESPESA PRIMÁRIA TOTAL (empenho liquidado)	521.433,4	18,04	589.810,3	19,36	660.701,2	19,86
IV.1. Pessoal e Encargos Sociais	134.799,6	4,66	155.564,5	5,11	169.356,6	5,09
IV.2. Benefícios da Previdência	201.423,7	6,97	223.068,1	7,32	243.246,4	7,31
IV.3. Outras Despesas Obrigatórias (*)	52.123,3	1,80	65.998,3	2,17	74.707,6	2,25
IV.4. Despesas Discricionárias & PPI	133.086,9	4,61	145.179,4	4,76	173.390,6	5,21
V. RESULTADO PRIMÁRIO POR COMPETÊNCIA (III - IV)	67.501,6	2,34	32.539,0	1,07	51.220,1	1,54
VI. OUTROS FATORES QUE AFETAM O RESULTADO	18.954,5	0,66	5.730,4	0,19	5.600,1	0,17
VI.1. Empréstimos Líquidos	273,0	0,01	-1.014,0	-0,03	720,7	0,02
VI.2. Subsídios Implícitos/Outras Desp Extra-Orçamentárias	18.681,5	0,65	6.744,4	0,22	4.879,4	0,15
VII. AJUSTE CAIXA/COMPETENCIA	22.854,0	0,79	300,4	0,01	3.400,3	0,10
VIII. RESULTADO PRIMÁRIO ACIMA LINHA (V - VI + VII)	71.401,1	2,47	27.109,1	0,89	49.020,3	1,47
IX. DISCREPÂNCIA ESTATÍSTICA/AJUSTE	-93,2	0,00	0,0	0,00	0,0	0,00
X. RESULTADO PRIMÁRIO DO GOV CENTRAL (VIII + IX)	71.307,9	2,47	27.109,1	0,89	49.020,3	1,47
XI. RECURSOS PARA o PPI	0,0	0,00	15.551,6	0,51	22.500,0	0,68
XII. RESULTADO PRIMÁRIO DO GOVERNO CENTRAL CONFORME ART. 3º DA LDO 2009 (X + XI)	71.307,9	2,47	42.660,7	1,40	71.520,3	2,15
XIII. JUROS NOMINAIS	-96.198,7	-3,33	-115.537,0	-3,79	-75.980,0	-2,28
XIV. RESULTADO NOMINAL GOV. CENTRAL (XII +XIII)	-24.890,8	-0,86	-72.876,3	-2,39	-4.459,7	-0,13

Fonte: Quadro 11 do PLOA (vol. I, pg 281)

(*) Considera: Abono Salarial, Seguro-Desemprego, Benefícios da LOAS, Renda Mensal Vitalícia, Sentenças Judiciais.

Compensação a Desoneração das Exportações, Despesa de Custeio e Capital do FCDF, Comdementação ao FUNDEB, Subvenções Econômicas, Subsídios, Indenizações ao PROAGRO, Créditos Extrarordinários abertos, Doações, Convênios, Reserva de Contingência, Complementos do FGTS. Transferência à ANA e Anistiados Políticos (despesas de custeio), Benefícios, de Legislação Especial.

A análise do quadro anterior permite destacar as seguintes conclusões:

- Queda nas despesas com juros nominais** – as despesas com juros nominais caem de 3,79% do PIB em 2009 para 2,3% do PIB em 2010, resultado da redução da taxa de juros Selic;
- Equilíbrio fiscal e dívida** – a redução dos juros provoca a redução do déficit nominal, que cai de 2,39% do PIB em 2009 para apenas 0,13% do PIB no PLOA 2010, evidenciando tendência de queda da relação dívida/PIB; observamos que a receita primária cresce de 2008 para 2009 um montante nominal de apenas R\$ 25,8 bilhões, enquanto que a despesa primária aumenta R\$ 68,3 bilhões; o Governo espera que, de 2009 para 2010, a receita primária seja acrescida em R\$ 110,3 bilhões, e que, no mesmo período, a despesa primária aumente em R\$ 70,9 bilhões;
- Elevação da receita primária** - aumento de 24,39% do PIB, em 2009, para 25,66% do PIB em 2010. O aumento nominal da receita primária é de 14,8 %, ou seja, a expectativa do Governo é a de que em 2010 a receita cresça em



CONGRESSO NACIONAL

Consultoria de Orçamentos, Fiscalização e Controle – CONORF/SF
Consultoria de Orçamento e Fiscalização Financeira – COFF/CD

termos reais mais de 10%.⁵ Parte do aumento pode decorrer da revogação, em 2010, da desoneração fiscal concedida em 2009. A parcela da receita previdenciária cresce de 5,98% do PIB em 2009 para 6,14% do PIB em 2010, com o aumento da massa salarial e da formalização do emprego; o projeto não incluiu a CSS⁶ como receita condicionada;

- d) **Acréscimo nas transferências a estados e municípios** – acompanham a evolução das receitas primárias, crescendo de 3,97% do PIB em 2009 para 4,26% do PIB em 2010;
- e) **Nível elevado de despesas com pessoal e encargos sociais** – tais despesas, que vem crescendo desde 2005, quando atingiram 4,38% do PIB, elevam-se para a faixa de 5,10% do PIB em 2009 e 2010;
- f) **Redução do déficit da previdência** – o aumento da receita e a estabilização da despesa previdenciária, em % do PIB, permitem redução do déficit previdenciário de R\$ 40,8 bilhões (reprogramado 2009) para R\$ 38,9 bilhões em 2010;
- g) **Nível elevado de outras despesas obrigatórias** (abono salarial, benefícios da LOAS, seguro-desemprego, sentenças judiciais, RMV, etc) – em 2008 somavam 1,8% do PIB; em 2010, são estimadas em 2,25% do PIB;
- h) **Despesas discricionárias** (custeio em geral e investimentos) – crescem de 4,76% do PIB em 2009 para 5,21% do PIB em 2010.

4 - DEMAIS DESPESAS RELEVANTES NA PROPOSTA

Além do que já comentamos, destacamos ainda os seguintes aspectos relacionados às despesas contidas no projeto de lei orçamentária para 2010.

Aumentos com pessoal - as despesas com pessoal atingem o valor de R\$ 169,4⁷ bilhões em 2010, contra R\$ 155,6 bilhões em 2009.

Por exigência da Constituição Federal e da LDO, o Poder Executivo apresenta Anexo (V) que discrimina a autorização para os aumentos e alterações na legislação de pessoal no decorrer de 2010, resultando em um montante adicional de R\$ 9,8 bilhões nas despesas com pessoal (R\$ 17,7 bilhões anualizados). O referido anexo contempla os seguintes valores:

- a) Criação e/ou provimentos de cargos, empregos e funções, bem como admissão ou contratação de pessoal, a qualquer título: R\$ 2,1 bilhões (impacto anualizado de R\$ 4,1 bilhões), com a criação de 77.782 cargos e o provimento, admissão ou contratação de 56.861 servidores;
- b) Alteração de estrutura de carreiras e aumento de remuneração: R\$ 7,6 bilhões (R\$ 13,5 bilhões anualizados).

Benefícios previdenciários e assistenciais - o projeto destina a benefícios previdenciários e assistenciais R\$ 294,4 bilhões, representando 8,85% do PIB em 2010, contra 8,79% do PIB em 2009, destacando-se: a) R\$ 243,2 bilhões para os benefícios previdenciários; b) R\$ 28,8 bilhões para abono e seguro-desemprego; c) R\$ 20,5 bilhões para os benefícios de prestação continuada previsto na LOAS e, d) 1,8 bilhões para a renda mensal vitalícia.

O PLOA 2010 contempla dotações para o aumento dos benefícios previdenciários superiores a um salário-mínimo em percentual somente igual à variação do INPC.

Bolsa-Família – o valor destinado para o atendimento do programa Bolsa-Família passou de R\$ 11,9 bilhões em 2009 para R\$ 13,1 bilhões em 2010, sendo que o número de famílias atendidas elevar-se-á de 11,1 para 12,7 milhões.

⁵ A análise das estimativas da receita estará a cargo do Comitê de Avaliação da Receita e respectivo Relator;

⁶ Contribuição Social para a Saúde (PLP nº 306/2008 em tramitação na Câmara dos Deputados);

⁷ Não inclui contribuição patronal.



CONGRESSO NACIONAL

Consultoria de Orçamentos, Fiscalização e Controle – CONORF/SF
Consultoria de Orçamento e Fiscalização Financeira – COFF/CD

Lei Kandir - o PLOA 2010 não prevê dotações para fomento às exportações e Lei Kandir. Com base no argumento de ser matéria própria da LOA, e não da LDO, o Poder Executivo vetou o § 3º do art. 12 da LDO 2010, que previa que tais programações deveriam corresponder, no PLOA 2010, no mínimo, aos montantes alocados na lei orçamentária de 2009 (R\$ 3,9 bilhões), acrescido da parcela ainda não realizada referente ao exercício de 2007 no montante de R\$ 1,3 bilhão.

Investimentos - no âmbito dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social a proposta para 2010 destina R\$ 44,5 bilhões, contra R\$ 38 bilhões no PLOA 2009 e 47,6 bilhões na LOA 2009. Para as empresas estatais federais, o valor de investimento aumenta de R\$ 79,7 bilhões em 2009 para R\$ 94,4 bilhões em 2010. As despesas com investimentos têm especial relevância para alavancar o crescimento econômico. Os valores destinados no âmbito do Orçamento Fiscal e da Seguridade Social representa apenas 1,3 % do PIB.

PAC – o Programa de Aceleração do Crescimento – PAC, constituído basicamente por investimentos, atinge na proposta para 2010 o valor de R\$ 23,4 bilhões, o que significa um acréscimo de R\$ 1,6 bilhão em relação ao valor autorizado para 2009. Dos recursos do PAC destacam-se R\$ 13,7 bilhões para infra-estrutura logística (rodovias, aeroportos, hidrovias, etc.) e R\$ 9,3 para infra-estrutura social e urbana (saneamento, habitação, integração do Rio São Francisco, etc.).

Reserva de Contingência - por determinação da LDO o projeto destina o valor de R\$ 9,5 bilhões (2% da receita corrente líquida) para reserva de contingência, dos quais R\$ 4,7 bilhões poderão ser utilizados para o atendimento de emendas parlamentares. Além desse valor, constam da proposta outras reservas de contingência a conta de recursos diretamente arrecadados ou próprios dos órgãos que totalizam R\$ 11,7 bilhões, constituídos de fontes esterilizadas com a finalidade de contribuir para a obtenção de resultado primário.

Obras com indícios de irregularidades graves (TCU) - O Anexo VI do PLOA 2010 trata de obras e serviços em que foram identificados, pelo Tribunal de Contas da União (TCU), indícios de irregularidades graves. Constam, do referido Anexo VI, 42 programações orçamentárias que poderão ter a execução suspensa em 2010 caso não sejam adotadas medidas saneadoras até a aprovação do PLOA 2010. Na LOA 2009, o referido Anexo continha 63 programações suspensas. A redação dada pela LDO 2010 exige agora que os indícios sejam materialmente relevantes, devendo ser estimado pelo TCU o valor do potencial do prejuízo ao erário (art. 96, § 3º, III).

Anexo de Metas e Prioridades da LDO – a análise preliminar do anexo de metas e prioridades da LDO indica que a proposta para 2010 deixou de incluir grande parte das programações que constaram no referido Anexo, especialmente aquelas incluídas por emendas na apreciação da LDO.

5 - QUADRO DAS DESPESAS POR GND E POR ÓRGÃO

Transcrevemos, nos Anexos 1 e 2, quadros comparativos com as despesas que constam do projeto de lei orçamentária para 2010 por Grupo Natureza de Despesa – GND, comparando-os com os valores de 2009, bem como as despesas por Órgão Orçamentário, comparadas com aquelas dos anos de 2008 e 2009.

Brasília, 02 de setembro de 2009.

Fábio Gondim⁸

Consultor-Geral da CONORF

Wagner Primo Figueiredo Jr.⁹

Diretor da COFF

⁸ Consultores designados: José Rui Gonçalves Rosa e Rita de Cássia Leal Santos.

⁹ Consultores designados: Eber Zoehler Santa Helena e Eugênio Greggianin

**CONGRESSO NACIONAL**Consultoria de Orçamentos, Fiscalização e Controle – CONORF/SF
Consultoria de Orçamento e Fiscalização Financeira – COFF/CD**6 – ANEXOS (DESPESAS POR GND E POR ÓRGÃO)****ANEXO 1 - PROJETO LEI ORÇAMENTÁRIA PARA 2010 versus 2008 e 2009**
Comparativo por Grupo Natureza de Despesa - GND

Orçamento Fiscal e Seguridade Social

Em R\$ 1,00 bi

DISCRIMINAÇÃO / GND	PLOA - 2008	LOA - 2008	PLOA - 2009 (a)	LOA - 2009 (b)	PLOA - 2010 (c)	(d) = (c) - (b)	
						VALOR	%
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS (GND 1) ¹⁰	140,98	137,61	169,19	168,80	183,06	14,26	8,45
OUTRAS DESPESAS CORRENTES (GND 3)	465,71	469,52	548,73	540,76	580,70	39,95	7,39
INVESTIMENTOS (GND 4)	28,79	37,88	37,99	47,62	44,51	-3,11	-6,53
INVERSÕES FINANCEIRAS (GND 5)	37,94	36,99	42,96	41,96	41,45	-,51	-1,22
RESERVA DE CONTINGÊNCIA (GND 9)	22,38	23,53	27,43	25,93	21,16	-4,77	-18,39
<i>Recursos Livres</i>	7,82	5,12	9,05	8,42	9,48	1,05	12,52
<i>Recursos Próprios e Vinculados</i>	14,56	18,42	18,37	17,51	11,68	-5,82	-33,26
SUBTOTAL	695,81	705,53	826,29	825,06	870,88	45,82	5,55
SERVIÇO DA DÍVIDA	656,74	656,74	758,76	756,39	867,56	111,17	14,70
<i>Juros e Encargos (GND 2)</i>	152,22	152,22	127,08	124,71	110,40	-14,31	-11,48
<i>Amortização (GND 6)</i>	504,52	504,52	631,68	631,68	757,16	125,48	19,86
<i>Amortização Efetiva</i>	62,23	57,17	84,32	84,32	74,42	-9,90	-11,74
<i>Refinanciamento Div. Contratual e Mob.</i>			525,55	525,55	588,94	63,39	12,00
<i>Saldo Negativo do Bacen</i>	30,99	30,99	21,81	21,81	93,80	71,99	330,08
T O T A L	1.352,54	1.362,27	1.585,05	1.581,45	1.738,43	156,99	9,93

Fonte/Elab.: SOF/MPOG

¹⁰ Inclui Contribuição Patronal.

**CONGRESSO NACIONAL**Consultoria de Orçamentos, Fiscalização e Controle – CONORF/SF
Consultoria de Orçamento e Fiscalização Financeira – COFF/CD**ANEXO 2 - PROJETO DE LEI ORÇAMENTÁRIA PARA 2010 versus 2008 e 2009 - POR ÓRGÃO** (em R\$ milhões)

ORGÃO	2008		2009		PL 2010 (b)	Diferença (b)-(a)
	PL	Autorizado	PL (a)	Autorizado		
Câmara dos Deputados	3.543,01	3.721,8	3.574,84	3.532,81	3.404,61	-170,23
Senado Federal	2.763,21	2.853,26	2.801,94	2.742,98	2.756,51	-45,44
Tribunal de Contas da União	1.096,19	1.148,77	1.280,12	1.283,67	1.329,95	49,83
Supremo Tribunal Federal	509,31	480,2	580,29	576,7	481,81	-98,49
Superior Tribunal de Justiça	808,15	788,91	866,27	869,45	871,33	5,07
Justiça Federal	9.401,73	9.347,55	11.395,34	11.517,75	6.665,4	-4.729,94
Justiça Militar da União	291,85	289,27	315,85	314,3	348,98	33,13
Justiça Eleitoral	4.421,2	4.347,71	4.179,46	4.181,47	5.164,85	985,39
Justiça do Trabalho	10.417,04	10.334,65	11.985,78	12.033,77	11.810,18	-175,6
Justiça do Distrito Federal e dos Territórios	1.243,68	1.219,84	1.386,53	1.395,86	1.538,83	152,3
Conselho Nacional de Justiça	-	-	-	-	193,04	-
Presidência da República	5.585,74	6.736,77	6.668,37	7.800,85	7.083,89	415,53
Ministério da Agricultura, Pecuária e Abast	6.362,05	7.496,35	7.046,27	7.644,11	7.807,55	761,28
Ministério da Ciência e Tecnologia	5.558,4	6.407,4	6.133,17	6.286,91	6.688,72	555,56
Ministério da Fazenda	14.341,99	16.883,55	19.862,59	19.868,17	19.219,37	-643,22
Ministério da Educação	31.246,83	34.820,1	41.560,93	42.270,52	49.803,25	8.242,32
Ministério do Des., Indústria e Com Ext	1.221,25	1.407,3	1.457,34	1.613,06	1.437,9	-19,44
Ministério da Justiça	7.931,45	9.227,6	9.337,41	9.297,36	9.518,47	181,06
Ministério de Minas e Energia	5.432,39	6.291,88	8.297,44	7.207,34	7.038,34	-1.259,1
Ministério da Previdência Social	208.847,49	211.985,78	240.069,33	239.919,48	254.001,38	13.932,05
Ministério Público da União	3.159,9	3.172,46	3.344,85	3.342,17	3.520,47	175,62
Ministério das Relações Exteriores	1.975,77	1.889,5	2.109,45	2.020,4	2.146,27	36,82
Ministério da Saúde	51.825,24	56.736,43	59.443,2	59.771,83	62.470,49	3.027,29
Ministério do Trabalho e Emprego	37.300,23	40.876,97	42.871,33	43.463,26	34.424,11	-8.447,22
Ministério dos Transportes	11.498,55	15.119,96	12.759,16	14.949,8	16.758,74	3.999,58
Ministério das Comunicações	4.153,32	5.007,17	6.258,48	6.282,63	3.030,01	-3.228,48
Ministério da Cultura	1.034,8	1.334,52	1.180,24	1.362,64	1.376,42	196,17
Ministério do Meio Ambiente	2.764,44	3.158,69	3.720,48	3.500,58	3.473,06	-247,42
Ministério do Plan, Orçamento e Gestão	11.502,16	4.106,1	12.199,02	11.127,34	17.420,76	5.221,74
Ministério do Desenvolvimento Agrário	3.944,34	4.725,	4.608,29	4.617,22	4.556,25	-52,04
Ministério do Esporte	285,34	1.407,86	386,95	1.400,52	407,73	20,79
Ministério da Defesa	42.730,22	48.044,15	52.153,32	52.625,67	58.178,63	6.025,31
Ministério da Integração Nacional	9.686,24	13.494,94	11.633,61	14.295,	4.927,28	-6.706,33
Ministério do Turismo	538,93	3.026,67	553,75	2.686,31	857,16	303,41
Ministério do Des Social e Combate à Fome	28.516,36	29.123,28	33.122,79	32.962,1	38.721,25	5.598,46
Ministério das Cidades	5.436,3	8.728,34	7.975,85	14.891,27	12.995,55	5.019,7
Ministério da Pesca e Aquicultura	-	-	371,9	nd	484,11	112,21
Conselho Nacional do Ministério Público	-	-	-	nd	24,	-
Encargos Financeiros da União	246.216,41	345.896,57	235.970,46	320.346,43	289.019,22	53.048,76
Transferências a Est, DF e Municípios	127.712,99	142.923,49	158.581,93	156.505,71	152.252,87	-6.329,07
Operações Oficiais de Crédito	24.298,83	22.469,81	25.351,69	26.215,37	28.651,02	3.299,32
Refinanciamento Dívida Púb Mob Federal	409.117,27	461.270,41	522.595,55	522.482,27	584.095,2	61.499,65
Reserva de Contingência	7.823,02	3.646,15	9.054,38	7.390,48	9.477,72	423,34
Ministério Trab e Emprego (art. 239 , §1º CF)	-	-	-	-	12.000,3	-
TOTAL	1.352.543,61	1.551.947,17	1.585.045,96	1.682.595,57	1.738.432,99	153.387,03

Fonte: PLOA 2010, LOA 2008, LOA 2009; Elab. COFF/CD